

PROCESSO SELETIVO DE JUIZ LEIGO

COMARCA DE BELA VISTA

DATA: 08.05.17

NOME: _____

QUESTÕES OBJETIVAS (cada assertiva valerá 1 ponto, num total de 10 pontos)

1) Em processo no juizado especial criminal, superada a fase preliminar em razão da ausência do autor do fato, o MP ofereceu denúncia oral pela prática de crime de ameaça. Não tendo o oficial de justiça encontrado o autor para citá-lo nos endereços constantes dos autos, o juiz determinou a sua citação por hora certa. Concluída a citação por hora certa sem que o autor do fato tivesse sido encontrado ou tivesse comparecido à audiência designada, foi-lhe nomeado DP, e sobreveio condenação. Nessa situação hipotética, conforme a legislação penal processual e a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que a citação realizada foi

- a) válida, e não precisará ser refeita, pois a citação por hora certa é possível quando o acusado não é encontrado nos endereços constantes nos autos.
- b) nula, e deverá ser refeita pelo juízo comum, com o devido encaminhamento dos autos pelo juizado especial criminal.
- c) válida, e não precisará ser refeita, pois a citação por hora certa sempre precede a citação por edital.
- d) válida, e não precisará ser refeita, pois o processo perante os juizados especiais criminais orienta-se pelos princípios da oralidade, simplicidade, economia processual e celeridade.
- e) nula, e deverá ser refeita pelo próprio juizado especial criminal, por meio de edital, em atenção aos princípios da celeridade e da economia processual.

2) Com relação ao instituto da suspensão condicional do processo, previsto na Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o STF, no caso de réu que tenha condenação anterior transitada em julgado, é possível a propositura da suspensão condicional do processo se já houver

transcorrido mais de cinco anos entre a extinção da punibilidade pelo delito da condenação e a prática do novo fato criminoso.

b) Presentes os demais requisitos para a concessão do sursis processual, o MP poderá propor, ao oferecer a denúncia, a referida suspensão, ainda que o acusado esteja sendo processado por outro crime.

c) Se, durante o período de suspensão do processo, o acusado for processado por outro crime ou contravenção penal, o benefício poderá ser revogado por meio de decisão fundamentada do juízo.

d) A aceitação da suspensão condicional do processo levará à interrupção do prazo prescricional.

e) Dado que, conforme a jurisprudência do STJ, o sursis processual é um direito subjetivo do réu, na ação penal privada, a lei obriga o querelante a formular proposta de suspensão condicional do processo.

3) A respeito da prova no juizado especial cível, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.099/1995.

a) É ônus da parte levar a testemunha à audiência, por não se aplicar a condução coercitiva.

b) A prova pericial poderá ser realizada oralmente, mas o perito deverá entregar o laudo escrito logo após.

c) Será válida prova testemunhal produzida por declaração escrita.

d) Salvo a inspeção judicial, as provas terão de ser produzidas na audiência de instrução e julgamento.

4) Jorge ajuizou ação no juizado especial cível, com o objetivo de receber indenização no valor de vinte mil reais por dano causado por pessoa jurídica. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Havendo necessidade de expedição de carta precatória, Jorge deverá custear despesa de cumprimento.

b) A competência para julgar o processo será deslocada em caso de necessidade de desconsideração da personalidade jurídica da empresa ré.

c) A extinção do processo por ausência de Jorge em audiência dependerá de sua prévia intimação pessoal.

d) A ausência de contestação, ainda que a empresa ré esteja presente na audiência de conciliação, acarretará a revelia.

5) No juizado especial criminal, a suspensão do processo

- a) proposta antes da resposta do acusado acarreta a nulidade do processo.
- b) poderá ocorrer no caso de infração cometida em concurso formal e material, se a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.
- c) é incabível em caso de procedência parcial da pretensão punitiva.
- d) aplica-se aos delitos sem violência física sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

6) A respeito da prova no juizado especial cível, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.099/1995.

- a) É ônus da parte levar a testemunha à audiência, por não se aplicar a condução coercitiva.
- b) A prova pericial poderá ser realizada oralmente, mas o perito deverá entregar o laudo escrito logo após.
- c) Será válida prova testemunhal produzida por declaração escrita.
- d) Salvo a inspeção judicial, as provas terão de ser produzidas na audiência de instrução e julgamento.

7) Acerca da transação penal no juizado especial, assinale a opção correta.

- a) O descumprimento de transação penal homologada não impede a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
- b) Haverá óbice à proposta de transação de pena restritiva de direitos quando o tipo em abstrato só comportar pena de multa.
- c) A proposta de transação penal pelo MP exige o comparecimento da vítima à audiência preliminar.
- d) A proposta de transação penal por carta precatória fere o princípio da oralidade.

8) Considere as afirmações abaixo à luz da Lei Federal n.º 9.099/1995.

I - O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.

II - O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

III - O Ministério Público não intervirá nos processos do Juizado Especial. Quais estão corretas?

- a) Apenas I

- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e III
- e) I, II e III.

9) Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a afirmação correta.

- a) A aplicação da lei dos juizados especiais criminais (Lei n.º 9.099/1995) é vedada aos crimes praticados na direção de veículo automotor.
- b) Ao condenar acusados de delitos praticados na direção de veículos automotores, nos casos de incidência do Código de Trânsito Brasileiro, o Juiz deverá sempre optar entre aplicar a pena privativa de liberdade ou a pena de multa, vedada a aplicação cumulativa de ambas.
- c) Confiar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada (artigo 310 do Código de Trânsito Brasileiro) constitui delito de menor potencial ofensivo.
- d) O aumento de pena previsto no parágrafo único do artigo 303 do Código de Trânsito Brasileiro (“lesão corporal culposa na direção de veículo automotor”) deverá ser aplicado apenas quando o agente não prestar socorro à vítima.
- e) Quando da incidência da causa de aumento de pena do parágrafo único do artigo 303 do Código de Trânsito Brasileiro (“lesão corporal culposa na direção de veículo automotor”), não será cabível a suspensão condicional do processo (artigo 89 da lei n.º 9.099/1995).

10) Com relação à Lei 9.099/1995, assinale a afirmação INCORRETA.

- a) A Lei abrange os delitos de menor potencial ofensivo e todas as contravenções penais.
- b) O processo perante o juizado especial criminal tem como objetivo, sempre que possível, a conciliação entre o autor do fato e a vítima e, em não sendo isto possível, a transação penal.
- c) Os crimes cujos processos deverão ser regidos pela Lei são aqueles cujas penas máximas não ultrapassem dois anos.
- d) Quando houver composição dos danos civis entre as partes e o acordo for homologado, caberá recurso de apelação.
- e) Na ação penal pública incondicionada, a suspensão condicional do processo poderá ser proposta pelo Ministério Público.

QUESTÃO DISSERTATIVA (10 pontos)

Discorra sobre os princípios que regem o microsistema dos Juizados Especiais.

SENTENÇA (10 pontos)

Carla ingressou com uma ação de cobrança com pedido de repetição de indébito cumulada com danos morais contra uma empresa de telefonia móvel, alegando que esta cobrou em duplicidade a fatura referente ao mês de outubro de 2015, pelos serviços prestados à autora e regularmente contratados com a ré. A parte autora juntou só a conta telefônica, com o comprovante de pagamento referente ao mês de outubro. Em contestação, a ré alegou, preliminarmente, a ausência de sua citação, vez que o Aviso de Recebimento (AR) encaminhado ao seu endereço foi recebido por um funcionário da empresa e não por seu gerente. No mérito, alega que não efetuou a cobrança em duplicidade. A parte ré não juntou nenhum documento.

Como juiz(a) leigo(a), julque esta ação.

REDAÇÃO (10 pontos)

Tema: "Operação Lava Jato".

Número mínimo de linhas: 60 (sessenta).

Critério de correção da prova: cada bloco valerá 10 pontos. Serão todos somados, com pesos iguais e divididos por 4.

Bom desempenho!